

**Declaração de Itapeçerica da Serra
das Mulheres Negras Brasileiras**



GELEDÉS - Instituto da Mulher Negra

**Seminário Nacional Políticas e Direitos
Reprodutivos das Mulheres Negras
20 a 22 de agosto de 1993
Itapecerica da Serra- SP**

Realização: Geledés - Instituto da Mulher Negra
Programa de Saúde
Edna Roland
Eufrozina (Lola) Tereza de Oliveira
Lilian Tineu de Melo
Maria Dirce Gomes Pinho
Márcia Regina Alves de Oliveira

Secretaria Executiva: Maria de Lourdes (Binha) Abreu de Campos

Apoio: IWHC - International Women's Health Coalition
Fundação MacArthur
MEMISA - Medische hulp aan de derde Wereld
BANESPA - Banco do Estado de São Paulo

Edição Geral: Nilza Iraci Silva

Composição/Diagramação: Antonicelmo Horácio
Eliana F. E. Ferreira

Impressão e acabamento: Gráfica Pródica
Fone: 578.4438

DECLARAÇÃO DA SERRA DAS MULHERES NEGROS BRASILEIRAS

APRESENTAÇÃO

Realiza-se no Cairo em setembro de 1994 a 3a. Conferência Internacional de População e Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas. Tal fato tem resultado em considerável mobilização do movimento internacional de mulheres, que procura ser ouvido pelos governos e organismos internacionais, buscando influenciar tanto a compreensão dos chamados "problemas de população", quanto a formulação de propostas do seu enfrentamento que levem em conta os direitos, necessidades e desejos das mulheres.

Essa presença do movimento de mulheres no cenário das conferências de população é um fenômeno bastante recente.

Na 1a. Conferência Internacional de População, realizada em Bucarest em 1974, já estava presente nos documentos oficiais a importância do papel da mulher na reprodução. Todavia o movimento de mulheres não esteve presente para expressar o seu ponto de vista. Esta Conferência foi marcada pelo firme posicionamento dos países em desenvolvimento contra as políticas de controle populacional.

Já a 2a. Conferência, realizada no México em 1984, foi marcada pela presença dos grupos anti-aborto na delegação americana, enquanto as mulheres feministas permaneceram ausentes desse espaço das instituições internacionais responsáveis pelas políticas de população, na medida em que, àquela altura, o movimento de mulheres não se dispunham a dialogar com tais organismos (Corrêa, 1994).

Por outro lado, as mulheres iniciaram um diálogo com outros organismos da ONU a partir do Ano Internacional da Mulher em 1975, que foi seguido da 1a. Década da Mulher em Nairobi, em 1985, rerecentemente irromperam de forma decisiva nos espaços dos fóruns paralelos das organizações não governamentais nas Conferências de Ambiente, no Rio (1992), e Direitos Humanos em Viena (1993).

Os organismos internacionais têm se mostrado cada vez mais interessados nas mulheres a partir da percepção do seu papel central no desenvolvimento, e do efeito que o baixo status social e a ausência de autonomia têm sobre a fecundidade. Na medida em que a falta de

acesso à educação e aos serviços de saúde, e a ausência de poder nas relações pessoais frequentemente resultam em mais altas taxas de fecundidade, tais organismos passam a se preocupar com tais questões que, para nós, são direitos inalienáveis das mulheres e não meros instrumentos para a redução do índice de crescimento da população mundial. As políticas de população, as mulheres opõem o conceito de direitos reprodutivos.

A partir de meados da década de 80 verificamos no Brasil um aumento crescente da presença das mulheres negras no cenário nacional. Constituem-se grupos e independentes, criam-se grupos de mulheres que enfrentam o controle masculino no interior das organizações negras, realizam-se encontros estaduais e nacionais, aumenta a presença das mulheres negras no interior do movimento feminista e nas articulações dos grupos de mulheres em geral.

Fundado em 1988, o GELEDÉS - Instituto da Mulher Negra define em 1989 a questão da saúde como uma das suas prioridades. Juntamente com outros grupos do movimento feminista intervimos em relação a várias questões. Após 4 anos de trabalho podemos contabilizar algumas vitórias. Cada vez mais as questões de saúde passam a ser objeto de trabalho de grupos de mulheres negras.

Para estimular a participação das mulheres negras no processo que antecede a Conferência Internacional do Cairo, organizamos o **Seminário Nacional Políticas e Direitos Reprodutivos das Mulheres Negras**, em Itapeccerica da Serra, SP, de 20 a 22 de agosto de 1993. Pela primeira vez no Brasil, as mulheres negras pertencentes às mais diversas organizações do movimento de mulheres negras, movimento negro, movimento feminista, centros de pesquisa e rede de saúde reuniram-se para definir a sua visão em relação às questões de população e direitos reprodutivos. Dessa discussão, nasceu a Declaração de Itapeccerica da Serra, que representa a visão consensual do Movimento de Mulheres Negras brasileiras.

Edna Roland
Coordenadora do Programa de Saúde
GELEDÉS - Instituto da Mulher Negra

DECLARAÇÃO DE ITAPECERICA DA SERRA DAS MULHERES NEGRAS BRASILEIRAS

Nós, mulheres negras brasileiras, oriundas dos estados do Pará, Maranhão, Piauí, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Distrito Federal, Goiás e Mato Grosso do Sul, e pertencentes a 45 organizações do movimento de mulheres negras, movimento negro, movimento feminista, universidades, centros de pesquisa e rede pública de saúde, nos reunimos no **Seminário Nacional Políticas e Direitos Reprodutivos das Mulheres Negras** com o objetivo de aprofundarmos a discussão da nossa realidade para contribuir para o processo de preparação das mulheres brasileiras à Terceira Conferência Mundial de População e Desenvolvimento, no Cairo, 1994.

Partimos da constatação básica de que as políticas populacionais - quer sejam explícitas ou não - vêm colocando como meta o controle dos nascimentos das populações não brancas e pobres.

Historicamente o Estado tem desempenhado um papel muito importante em relação às políticas de controle de população, seja através da formulação e implementação de políticas explícitas, seja pela ausência de políticas públicas que inibam a ação de organizações controlistas.

No caso do Brasil, a omissão do Estado tem sido extremamente prejudicial à saúde das mulheres negras.

A posição racista e patriarcal dos neo-malthusianos que encaram o crescimento populacional como responsável pela miséria, fome e desequilíbrio ambiental foi desmascarada pela evidência da manutenção de condições sub-humanas de vida em nosso país, apesar da queda da fecundidade ocorrida na última década. Afirmamos, portanto, que a pobreza deve ser atribuída principalmente à perversa distribuição de renda e à ausência de

reforma agrária, que penalizam sobretudo as populações brasileiras de origem africana, e mais ainda, as mulheres negras.

A queda da fecundidade foi realizada num quadro de total desrespeito aos direitos reprodutivos das mulheres, induzidas à esterilização cirúrgica sem que outras opções contraceptivas estivessem disponíveis. A esterilização vem sendo erroneamente colocada como um método anti-conceptivo, seguro e sem efeitos colaterais, o que deve ser desmistificado. Devem também ser denunciados os organismos internacionais e as instituições nacionais que promovem esta prática.

Os reflexos da esterilização em massa de mulheres negras no país já se fazem sentir na redução do percentual da população negra nesta década, em comparação com a década anterior.

O rápido aumento do número de casos de AIDS em mulheres negras é extremamente preocupante e demonstra a ausência de controle das mulheres negras sobre a sua própria capacidade reprodutiva e sua sexualidade. Resulta igualmente da ideologia da sociedade em relação ao comportamento sexual masculino, para o qual é proposta a poligamia, em oposição à monogamia compulsória das mulheres. O resultado disso é o aumento do número de casos inclusive entre mulheres casadas, as quais se encontram em situação de grande vulnerabilidade, mesmo tendo um único parceiro sexual.

As informações errôneas difundidas a respeito da AIDS tiveram efeitos danosos para as mulheres: a noção de grupo de risco supostamente excluía a maioria das mulheres do perigo de contaminação, que desta forma não puderam perceber que a AIDS é um problema de saúde pública, podendo atingir a todos indistintamente. A esse efeito das informações falsas, deve ser acrescentado a diferença de poder entre homens e mulheres que afeta a capacidade das mulheres para negociar relações saudáveis, especialmente das mulheres que dependem

economicamente dos homens para sobreviver, e que frequentemente garantem sua subsistência em troca de serviços sexuais, prestados ao marido, parceiro fixo ou eventual.

Além da transmissão por via sexual, entre a população de baixa renda a transmissão via drogas endovenosas exige de nós, mulheres negras, uma maior atenção, pois juntamente com nossos filhos e companheiros temos sido as maiores vítimas.

A precariedade do sistema educacional, a falta de informação e de recursos materiais para a prevenção na rede pública de saúde já transformaram a AIDS num grave problema para a população negra e pobre no país.

Na base de tal realidade estão subjacentes as propostas de ajuste estrutural impostas pelos organismos internacionais (FMI e Banco Mundial por exemplo), que entre outras, visam a redução do Aparelho do Estado, o que redundou no sucateamento da Rede de Saúde e do Sistema de Educação.

Estas propostas neo-liberais buscam criar uma nova ordem mundial que tem consequências desastrosas como o aumento das taxas de morbidade e mortalidade e a produção de legiões de miseráveis nos países do Sul.

O papel do Estado tem se dado basicamente no sentido de tratar a reprodução como uma questão pública e os meios de manutenção da vida - habitação, saúde, educação, alimentação e trabalho - como uma questão privada. Compreender essa inversão de papéis é fundamental nessa conjuntura preparatória da Terceira Conferência Mundial de População e em tempos de difusão do conceito de populações supérfluas. Liberdade reprodutiva é essencial para as etnias discriminadas. Portanto, precisamos lutar para que a reprodução possa ser decidida no mundo do privado, cabendo ao Estado garantir os direitos reprodutivos e assegurar condições para a manutenção da vida.

Nós, mulheres negras, consideramos que cabe ao Estado a tarefa

de garantir as condições necessárias para que os brasileiros, as mulheres, e em particular as mulheres negras brasileiras, possam exercer a sua sexualidade e os seus direitos reprodutivos, controlando a sua própria fecundidade, para ter ou não ter os filhos que desejam, garantindo o acesso a serviços de saúde, de boa qualidade, de atenção à gravidez, ao parto e ao aborto.

A garantia dos direitos reprodutivos pressupõe a garantia de direitos amplos de cidadania que implicam em:

.políticas públicas globais que garantam pleno emprego, programas de abastecimento, de saúde e saneamento básico, educação, e políticas urbanas e de habitação que têm sido sistematicamente boicotadas por setores conservadores incrustados no aparelho de Estado e por 'lobbies' poderosos comprometidos com interesses minoritários, elitistas e racistas. Tais políticas públicas globais devem incluir a análise das desigualdades de etnia, gênero e classe;

.implantação do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), com a garantia da continuidade dos recursos materiais e humanos necessários;

.implementação no sistema público de saúde de procedimentos para detectar nos primeiros anos de vida a anemia falciforme, e desenvolvimento de programas de prevenção e tratamento de doenças de mais alta incidência na população negra, tais como a hipertensão e as miomatoses, que têm sérias repercussões na sua saúde reprodutiva;

.enfrentamento das precárias condições de atendimento ao parto no Brasil que resultam, por um lado, em altas taxas de morbidade e mortalidade maternas, e por outro em altos índices de lesões ao nascer, que produzem deficiência mental, problemas neurológicos e mortalidade infantil.

.formação interdisciplinar, ética e humanística para os

profissionais de saúde de tal forma que os prepare para atender os pacientes com dignidade, evitando-se tratamento diferencial por classe, gênero e etnia;

democratização do acesso à informação com a introdução do quesito cor, na declaração de nascimentos, prontuários e demais formulários do sistema de informação em saúde, e nos atestados de óbito do país para que se conheça o perfil da morbidade e da mortalidade da população negra no país;

canalização rigorosa dos recursos orçamentários destinados às políticas de saúde, prescritos pela Constituição.

Sem garantia dessas condições básicas é impossível a reversão deste quadro acima delineado e o pleno exercício do direito à vida e à felicidade das mulheres brasileiras de origem africana.

O Papel dos Movimentos de Mulheres Negras

Os movimentos configuram-se como um ator da maior relevância para liderar processos sociais e políticos que ponham fim às políticas de controle populacional e de esterilização das mulheres negras. Eles também desempenham papel fundamental na definição de estratégias de ação política transformadora e na montagem de uma agenda unitária que incorpore outros setores organizados da sociedade civil e que estabeleça os parâmetros de parceria com o Estado.

A eles cabe, também, um trabalho permanente e sistemático de mobilização e organização das mulheres negras, bem como a tarefa de formação da consciência crítica através dos processos de educação popular, inclusive dos homens negros, para que se alterem as relações de poder entre homens e mulheres e possam desenvolver uma intervenção política eficaz baseada em princípios igualitários de relações de gênero.

A nossa prática política deve ser orientada pela utilização de

métodos e linguagem acessíveis que possam sensibilizar a maioria da população feminina negra, e por atitudes e comportamentos democráticos no trato das diferenças de ordem política e ideológica.

No desenvolvimento dessa prática devemos associar as análises das realidades macro e microsociais, onde a formulação das propostas políticas globais não seja estranha às necessidades da vida cotidiana das mulheres.

Em termos práticos sugerimos ainda uma participação efetiva das mulheres negras organizadas nos movimentos e nos conselhos de saúde, movimento feminista, movimento negro e sindical para que as questões de gênero e etnia estejam sempre em pauta.

Devemos levar a todas as organizações negras, entidades de mulheres negras, ONGs, movimento feminista e à sociedade como um todo a nossa preocupação com o gravíssimo problema que aflige em particular a nós, mulheres negras brasileiras, com relação ao tráfico de mulheres e turismo sexual, que acontece nacional e internacionalmente em larga escala, trazendo graves prejuízos, tais como aumento da incidência de AIDS, estupro, problemas psicológicos, familiares, prisão, drogas, além de produzir uma imagem estereotipada da mulher brasileira na Europa e América do Norte.

Chamamos especialmente a atenção para a questão da prostituição de menores, notadamente no Norte e Nordeste do Brasil, onde a zona rural tem sido uma grande fornecedora para o comércio sexual de meninas, submetidas a todas as formas de degradação humana.

Precisamos estar alertas e nos inteirar das novas e sofisticadas formas de opressão social que estão sendo gestadas no campo da genética e da sociobiologia. Nos posicionamos contra o patenteamento de seres vivos. É essencial que participemos dos debates sobre essas questões e lutemos por uma bioética que

incorpore nossos anseios e necessidades.

Recomendamos também que o movimento de mulheres negras estabeleça uma relação mais estreita com as universidades e os institutos de pesquisa para que eles incorporem o nosso ponto de vista na produção de conhecimento, que deve se tornar acessível a todos.

O Movimento deve também estimular e incentivar mulheres negras a participar de cursos de metodologia de pesquisa no Brasil ou no Exterior e promover o intercâmbio entre pesquisadores negros, para que o movimento disponha de número significativo de pesquisadoras com condições de produzir conhecimento científico a respeito de nós mesmas.

Queremos manifestar a nossa preocupação quanto às formas de manutenção e sobrevivência dos movimentos e das organizações não governamentais e quanto às suas relações com as agências financiadoras.

Se reconhecemos a necessidade óbvia de recursos para se implementarem os projetos, é preciso ter clareza a respeito dos próprios objetivos e princípios ideológicos para definir as relações a serem estabelecidas com as agências financiadoras. Estas representam um problema complexo, não se podendo classificar a priori as "boas" e "más" agências, que podem eventualmente financiar projetos de natureza contraditória. É fundamental que as organizações não governamentais formulem os seus projetos com autonomia e independência não aceitando que as agências imponham limitações de ordem política e ideológica.

Há escassez de recursos para projetos nos países do Sul na medida em que os países do Norte se voltam para questões dentro de suas próprias fronteiras. É necessário que se busque recursos existentes internamente no país e que os governos atualmente distribuem de forma clientelista. Tal tarefa requer a

demarcação de fronteiras e de códigos que regulem a necessária parceria do Estado com as organizações não governamentais e com o movimento social em geral.

Apoiamos os habitantes dos territórios ancestrais, os remanescentes de quilombos e os habitantes dos territórios de resistência atuais, representados pelas favelas, a fim de garantir a posse desses territórios, o acesso a meios de produção e o direito a condições dignas de vida e saúde, e à liberdade reprodutiva.

Denunciamos as práticas de extermínio das populações não-brancas, e exigimos do Estado a apuração dos fatos e punição dos responsáveis pelos massacres de crianças e adolescentes nas grandes cidades brasileiras, dos quais a Candelária foi infelizmente apenas o mais visível; de trabalhadores, mulheres e crianças nas favelas, executados por policiais que deveriam garantir a sua segurança; de índios e trabalhadores sem terra, exterminados por garimpeiros e proprietários, configurando uma verdadeira guerra não declarada, em que grupos oprimidos se constituem também em braços armados dos que vivem à custa da vida e da miséria de milhões de brasileiros.

Acreditamos, enfim, na possibilidade de construção de um novo modelo civilizatório, humano, fraterno e solidário, tendo como base os valores expressos pela luta anti-racista, feminista e ecológica, assumidos pelas mulheres negras de todos os continentes, pertencentes, que somos, à mesma comunidade de destino

Itapeccerica da Serra, 22 de agosto de 1993

LISTA DE PARTICIPANTES

ALAGOAS

Vanda Maria Menezes Barbosa - Fórum Entidades de Mulheres Autônomas de Maceió
Conjunto José S. Peixoto, Rua GH, 16, Quadra 07- Jacintinho - Maceió - AL
CEP: 57040
Fone: (082) 320-1994

BAHIA

N.º 10

Cristina Rodrigues - Grupo Cultural Olodum/ Mulher Olodum
Rua Gregório de Matos, 22 Pelourinho - Centro - Salvador - BA
CEP: 40025-030
Fone: (071) 321-3325 - 321-3208 - 321-0283
Fax: (071) 321-5010/ (071) 230-7518

Kátia de Mello e Silva - Coletivo de Mulheres Negras de Salvador
Rua da Poeira, 22, Nazaré - Salvador
CEP: 40010-520
Fone: (071) 242-5920 (res.)

Maria Augusta Rosa Rocha - Universidade Federal da Bahia
Rua Visconde de Cachoeira, nº 61 - apto 705 - Salvador - BA
CEP: 41910
Fones: (071) 247-6924 (res.) - 378-2905 (rec.)

Waldecir Pedreira do Nascimento - MNU/ Salvador
Rua 25 de junho, nº 123 - Uruguai - Salvador - BA
CEP: 40000
Fone (071) 226-4081 (rec.)

DISTRITO FEDERAL

Audinéia Oliveira - Coletivo de Mulher Negra do Distrito Federal
QI - 11, Bloco H - apto 106 - Guará 1 - Brasília - DF
CEP: 71020-380
Fone: 568-6783 (res.) 312.6210 (com.)

GOÍAS

Ivana Cláudia Leal de Souza - MNU - Goiás
Rua Hum, nº 928 - sala 101 - Setor Oeste - Goiânia - GO
CEP: 74000
Fone: (062) 297-1185

MARANHÃO

* **Ana Sílvia Cantanhede** - Mãe Andreza/Centro de Cultura Negra do Maranhão
Travessa Bom Jesus, nº 21 - Boa Vista - Monte Castelo - São Luís - MA
CEP: 65000
Fone: (098) 221-4827 ou 232-4957

* **Maria Lúcia Dutra Santos** - Grupo de Mulheres Negras Mãe Andreza do Centro de
Cultura Negra do Maranhão
Travessa 21 de abril, nº 17 - Coréia - São Luís - MA
Cx. Postal 430
Fone: (098) 232.2170

MATO GROSSO DO SUL

* **Raimunda Luzia de Brito** - CEDINE - Conselho Estadual dos Direitos
do Negro de MS e Grupo Tez
Rua Caviúna, nº 32 - Conjunto Cabreúva - Campo Grande - MS
CEP: 79008-200
Fone: (067) 629-7895 (res.)
Fax: (067) 382-4938(rec.) / 384- 4452/ 384-4450 (Conselho)

MINAS GERAIS

* **Benilda Regina Paiva de Brito** - Coletivo de Mulheres Negras de Belo Horizonte
Coordenadoria de Direitos Humanos e Cidadania da
Prefeitura de Belo Horizonte
Rua Roma, nº 420 - Bl 54 - apto 102 - Riacho - Contagem - MG
CEP: 32075-810
Fone: (031) 238-4089 / 238-4073 (com.) - (031) 391-1466 (res.)

* **Diva Moreira** - Casa Dandara
Rua Hermilo Alves, nº 34 - Santa Tereza - Belo Horizonte
CEP: 34710-210
Fones: (031) 238-4097 (com.) / (031) 485-1501 (res.)

* **Mary Francisca Guimarães** - Movimento GRAAL do Brasil
Rua Pirapetinga, nº 390 - Serra - Belo Horizonte - MG
CEP: 30220-150
Fone: (031) 225-2224

PARÁ

* **Elza Fátima dos Santos** - CEDENPA - Centro de Estudos e
Defesa do Negro do Pará
Rua dos Timbiras, Pass. Paulo VI, nº 244 - Belém - PA
Cx. Postal 947
CEP: 66045-520
Fone: (091) 228-1000 (com.) (Produção do Programa Axé-Pará)

PARANÁ

- * **Alaerte Leandro Martins** - 22º Regional de Saúde do Estado
Rua Antonio Celli, nº 58, Água Verde - Curitiba - PR
CEP: 80250-140
Fones: (041) 222-6618 (res.) - (041) 322-2299 ramal 283 (com.)

PERNAMBUCO

- Adelaide Maria de Lima** - MNU /GT Omnira
Rua Conselheiro Silveira de Souza, nº 395 - Cordeiro - Recife - PE
CEP: 50721-170
Fone: (081) 227-3648 (rec.)
- * **Inaldete Pinheiro de Andrade** - Centro Solano Trindade
Rua Barão de São Borja, nº 480- apto 408 - Boa Vista - Recife - PE
CEP: 50070-310
Fones: (081) 231-7697 (res.) / (081) 271-0166 ramal 230 (com.)

- * **Lucidalva Maria do Nascimento** - Grupo de Mulheres do Cabo
Rua Padre Antonio Alves, nº 20 - Cabo - PE - CEP: 54500-000
Cx Postal 73
Fone: (081) 521-0785 Fax (081) 521-0040

PIAUI

- Maria Hortência Mendes de Souza** - União das Mulheres Piauienses
Rua Paraíba, nº 1521 - Vila Operária - Terezina- PI
CEP: 64000
Fone: (086) 225-0492 (res.) / (086) 222-9946 (com.)

RIO DE JANEIRO

- Benedita da Silva**
Câmara dos Deputados -Anexo IV - Gabinete 360 - Brasília - DF
CEP: 70160
Fone: (021) 541-6501 /262-8328 / (061) 311-5360
Fax: 225-2740

Geni de O. Mattos Silva - Centro de Articulação de Populações Marginalizadas e CRIOLA

- Rua da Ajuda, 35 sala 2303 - Centro - Rio de Janeiro - RJ
CEP: 20021
Fone: (021) 224-6771/ 252-2302
(021) 318-5151/ (061) 311-5360
Fax: (021) 262-6249

Hildêzia Alves de Medeiros - CACES

- Rua Alvaro Alvim, nº 48 Grupo 1009 - Centro - Rio de Janeiro - RJ
CEP: 20031-030
Fone: (021) 262-6490

* **Jurema Werneck** - CRIOLA
Rua da Ajuda - 35 sala 2303 - Centro - Rio de Janeiro
CEP 20040-000
Fone: (021) 533-1160 (com) após 14:00hs
(021) 393-5259 (rec)

* **Marta Silva** - ISER - Instituto de Estudos da Religião
Ladeira da Glória, 98 - Glória - Rio de Janeiro - RJ
CEP:22211
Fone: (021) 265-5747
Fax: (021) 205-4796

RIO GRANDE DO SUL

* **Lucia Helena dos Santos** - CECUNE - Centro Ecumênico de Cultura Negra
Rua Oscar Bitencourt, nº 250 apto 02 - Porto Alegre - RS
CEP: 90850-150
Fone: (051) 224-9154
Fax: (051) 221-9886

* **Regina Barros Goulart Nogueira** - Comissão Provisória para Formação do
Conselho da Comunidade Negra de Pelotas
Rua Gel. Teles, 207 apto 101 - Pelotas RS
CEP: 50052-970
Fone: (0532) 22-3098

SANTA CATARINA

* **Vera Lucia Fermiano** - Cor de Nação
Rua Clemente Rovere, 97 - Florianópolis - SC
CEP: 88020-120
Fone:(0482) 241-8258 (com.) 241-0377 (rec)

SERGIPE

* **Solange Elias da Silva** - SACI - Sociedade Afro-Sergipana de Estudos e Cidadania
Rua João Pessoa, 320 - Edifício Cidade de Aracaju - sala 405 - Centro - Aracaju - SE
CEP: 49010-130
Fone: (079) 222.8202

SÃO PAULO

* **Aurea Celeste da Silva Abbade** - GAPA - Grupo de Apoio e Prevenção à Aids
Rua. Barão de Tatuí, 376 - Santa Cecília - São Paulo - SP
CEP:01226-030
Fone: (011) 66-0755
Fax: (011) 825-6003

* **Berenice Assunção Kikuchi** - OGIBAN - Associação Cultural e Educacional
Afro-Brasileira
Estrada do Paio Velho, 5700 - Ferraz de Vasconcelos - São Paulo - SP

* **Cleuza Aparecida da Silva** - Grupo de Mulheres Laudelina Campos Mello
Rua José de Oliveira Santos, nº 47 - Bela Vista - Campinas - SP
CEP: 13090-420
Fone: (0192) 27965 / 20665

Elza Salvatore Berquó - Cebrap - Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
Rua Morgado Matheus, 615 - Vila Mariana - São Paulo-SP
CEP: 04015-902
Fone: (011) 574-0399
Fax: (011) 574-5928

Eunice Rodrigues Barbosa - UNEGRO
Rua Marco Antônio, nº 46 - Morro Grande, Freguesia do Ó - São Paulo - SP
CEP: 02979-050
Fone: (011) 876-5696 (res.) 220-2946/ 223-8647 (com.)

* **Gláucia de Fátima Matos** - SOF-Sempreviva Organização e Feminista
Rua Tenente Laudelino Ferreira do Amaral, nº 170 - São Miguel Paulista - SP
CEP: 08060-000
Fone: (011) 297-38349 (coml) 222-5056 (res.)

Maria Aparecida Nunes - União de Mulheres de São Paulo
Rua Lupércio, nº 145 - Grajaú - São Paulo - SP
CEP: 04840-000
Fone: (011) 36-2367 / (011) 520-2889

Maria de Fátima Oliveira Ferreira - UNEGRO/UBM
Rua Dr. Nicolau de Souza Queiroz, nº 437 - aptº 20 - Vila Mariana - São Paulo - SP
CEP: 04105-011
Fone: (011) 291-1444 r. 228/224 (manhã) e 37-7905 (tarde)

Maria de Fátima Rosa - Casa da Mulher do Grajaú
Rua José Bezerra Filho, 183 - Grajaú - São Paulo - SP
CEP: 04842-000
Fone: (011) 520-2775

Maria José Pereira - SOWETO - Organização Negra
Rua Manguari, nº 249- Bl. B 3 - aptº 44 - Jardim Andaraí - Vila Maria - São Paulo - SP
CEP: 02167-080
Fone: (011) 967-1008 (res.)

Matilde Ribeiro - SOF - Sempreviva Organização Feminista / Soweto
Rua Eng. Thomas Wathely, 204 - Santo Amaro - São Paulo
CEP: 04742-130
Fone:(011) 521-9822
Fax:(011) 522-5287

Paula Renata Balthazar - NEPO - Núcleo de Estudos de População - UNICAMP
Rua Erasmo Braga, nº 775 - Jd. Chapadão - Campinas - SP
CEP: 13100
Fone: (0192) 41-3584

Penha Valéria Ramos - Secretaria Municipal de Saúde

Av. Paulista, 2.198 - 7º andar - São Paulo - SP

CEP: 01310-000

Fone: (011) 284-1333 r.l 197

Fax (011) 283-3961

Raquel Souza - Cebrap - Centro Brasileiro de Análise e Planejamento

Rua Morgado Matheus, 615 - Vila Mariana - São Paulo - SP

CEP: 04015-902

Fone: (011) 574-0399

Rita de Cássia Rodrigues Antunes - ORIASHÊ

Rua dos Estudantes, nº 536 - casa 36 - Liberdade - São Paulo-SP

CEP: 01505-000

Fone: (011) 36-9901 (rec.)

Silvia da Silva - Grupo de Mulheres do ABCDM

Rua dos Pessegueiros, nº 341 - Jard. ABC - Taboão Diadema - SP

CEP: 09940-580

Fone: (011) 441-4764

Vera Cristina de Souza - CEBRAP - Centro Brasileiro de Análise e Planejamento

Rua Morgado Matheus, 615 - Vila Mariana- São Paulo - SP

CEP: 04015-902

Fone: (011) 574-0399

Fax: (011) 574-5928

Wilza Vilela - Instituto de Saúde / São Paulo

Rua Stº. Antônio, 590 - 2º andar - Bela Vista - São Paulo - SP

CEP: 01314-000

Fone: (011) 35-9047 r. 212 (com.) / 268-3238 (res.)

FAX: (011) 35-2772

Geledés Instituto da Mulher Negra

Praça Carlos Gomes, 67 5º andar - cj M - Liberdade - SP

CEP: 01501-040

Fone: (011) 35-3869

Fax: (011) 36-9901

Edna Roland

Elizabete Aparecida Pinto

Lilian Tineu de Melo

Lola Tereza de Oliveira

Maria Dirce Gomes Pinho

Nilza Iraci da Silva

Sueli Carneiro

Ann Phillips - Coalition of Visible Minority Women

1539 Bathurst st, apt 107

Toronto - Ontário - Canadá 9

N 5 P 3H5

Fone (416) 651.0147



